

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

apresentação

Emília Pietrafesa de Godoi*
Benedito Souza Filho**
Diego Amoedo Martínez***

A proposta deste dossiê surgiu como desdobramento da III Jornada Internacional de Ciências Sociais (III JICS), “Bioeconomia, produção familiar e estratégias para o desenvolvimento de atividades sustentáveis na Amazônia”, da qual participamos. Esta Jornada foi realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC) da Universidade Federal do Maranhão, por ocasião da celebração dos seus vinte anos de existência, em maio de 2024.

Constatamos que a bioeconomia, como categoria polissêmica, além de permitir reflexões em diferentes perspectivas, converteu-se em objeto de disputa por distintos agentes, seja para responder aos interesses de agentes econômicos, seja como dimen-

são importante para o entendimento da reprodução de modos de vida de grupos culturalmente diferenciados, cujas formas de uso dos recursos orientam-se por princípios de sustentabilidade ecológica.

As variações conceituais e interpretativas no campo acadêmico, assim como as apropriações realizadas por agências governamentais e outros atores econômicos e políticos, colocam a bioeconomia no centro do debate que tem como cenário a crescente carga de exploração dos recursos naturais, nem sempre renováveis, e a geração de impactos sobre o meio ambiente.

Situando a bioeconomia na Amazônia Legal, e pensando em termos de sua possível função social, podemos pensar nas suas

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil. E-mail: emilia.pietrafesa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8132-010X>.

** Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: beso45@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8550-1215>.

*** Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, PA, Brasil. E-mail: diego.martinez@ufopa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8268-0107>.

potencialidades para o desenho de iniciativas voltadas à promoção da equidade social e econômica, à valorização dos modos de vida das populações tradicionais amazônicas, assim como à geração de produtos sustentáveis, oriundos da sociobiodiversidade? Essa foi a grande questão que orientou a proposição deste dossiê.

Os trabalhos que compõem este dossiê têm como foco de suas análises a bioeconomia, a sociobioeconomia e a sociobiodiversidade, privilegiando abordagens que evidenciam iniciativas para o desenvolvimento de atividades sustentáveis na Amazônia, assim como trabalhos que tematizam os usos e abusos da noção de bioeconomia. Ao priorizar os trabalhos que analisam contextos sociais na Amazônia, relacionados com a sustentabilidade, buscou-se dar visibilidade às formas de organização econômica associadas a serviços ecossistêmicos e a organizações sociais cujas práticas estão articuladas com o uso sustentável da biodiversidade.

Abrimos este dossiê com o artigo “Bioeconomia: uma definição considerando a realidade e os problemas do desenvolvimento na Amazônia”, de Harley Silva, Danilo Araújo Fernandes, Ricardo Theophilo Folhes e Raul Ventura Neto, que nos mostram como a bioeconomia é um “conceito global em disputa”, que faz parte de uma agenda política que reflete distintas perspectivas de presente e de futuro.

Após pontuar a trajetória dessa noção desde os anos de 1970, com seus múltiplos caminhos e significados, os autores ressaltam que não dá para dissociar os debates em torno da bioeconomia dos desafios gerados pela crise ambiental e climática global e a crescente percepção da necessidade de transição de um “sistema produtivo baseado no uso de energia fóssil para um

sistema mais diversificado, com o aumento progressivo no uso de recursos biológicos como fonte de energia”. Mostram-nos como esta percepção foi um estímulo para os debates nas últimas duas décadas, levando-nos ao entendimento de que o bioma amazônico está em permanente elaboração não somente como força produtiva, mas como força viva produtora de vida humanas e outras-que-humanas.

Depois de discutir diferentes “modelos de bioeconomia”, e considerando a centralidade do bioma amazônico, os autores posicionam-se em defesa da bioeconomia e do seu estímulo, não derivados de ações e interesses externos, mas de processos que considerem as realidades locais, combinados com a conservação da biodiversidade. Argumentam em favor de um modelo que preze por uma visão sistêmica que tenha como fundamento estrutural básico a preservação da diversidade, nós diríamos sociobiodiversidade, que é inerente ao bioma amazônico por suas condições naturais, históricas e sociais específicas, aproximando este modelo de trajetórias fundamentadas em sistemas agroflorestais (SAFs).

Assim como o primeiro, o segundo artigo “O espaço social dos formuladores da política pública em bioeconomia no Brasil”, de Bruna Scanavachi Lourenço, Glauber Eduardo Gonçalves, Marcelo Sampaio Carneiro e Silvio Eduardo Alvarez Candido, apresenta uma discussão bastante ampla das diferentes agendas em bioeconomia hoje em discussão, partindo da sua gênese enquanto categoria conceitual, debatendo distintas concepções e, sobretudo, refletindo sobre os usos da categoria bioeconomia na agenda política nacional.

Segundo os autores, os problemas derivados da expansão agrícola em áreas dos biomas Cerrado e Amazônia, que alcan-

çam e afetam povos indígenas e famílias em territórios de comunidades tradicionais e quilombolas, criam as condições para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas voltadas a conter os efeitos negativos dessa expansão. Tal cenário abre espaço para a discussão de modelos de desenvolvimento que considerem a racionalidade produtiva dos povos e comunidades que historicamente constituíram seus espaços de vida e trabalho nesses biomas.

Considerando esse cenário desafiador para a proposição de políticas nacionais, os autores centram suas análises na configuração do “espaço social” da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), isto é, dos perfis dos agentes do governo e da sociedade civil que integram essa comissão – as posições que ocupam, os campos em que circulam, e os capitais que os distinguem e os opõe – para chegar ao entendimento de como se dá a construção dessa política pública no país.

No tratamento da configuração do espaço social da CNBio, o artigo mobiliza, de forma rigorosa e competente, as contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu, combinando a noção de “campo” com a Análise de Correspondências Múltiplas, que envolve análise de trajetórias e capitais dos agentes e do mapeamento das posições sociais por eles ocupadas. Ressaltam, de forma coerente, que a compreensão da formulação de políticas públicas a partir do conceito de “campo”, permite compreender aspectos relevantes relacionados aos agentes envolvidos que não poderiam ser identificados com a utilização de outras noções como as de “redes” ou “comunidades”.

A escolha da CNBio não é arbitrária, mas se ancora no fato de que ela hoje se constitui no principal espaço deliberativo de formulação das políticas públicas de bioeconomia

no país. É importante lembrar, outrossim, a importância que o artigo confere às populações tradicionais – indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, particularmente no Cerrado e na Amazônia – para a existência e manutenção de territórios florestais, que se encontram sob pressão da expansão das fronteiras agropecuárias. Argumentam que a sociobioeconomia deve promover a inclusão social de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, valorizando seus conhecimentos e territórios. Este artigo não só nos traz o entendimento de como se dá a configuração do principal espaço deliberativo de políticas públicas em bioeconomia no nosso país, como aponta perspectivas para análises futuras.

Já o terceiro artigo, “Interfaces entre bioeconomia, políticas públicas da agricultura familiar e mudanças climáticas no Pará: a necessária construção de medidas adaptativas”, de Raoni Fernandes Azerêdo e Claudio Fabian Szlafsztein, parte da análise dos impactos das mudanças climáticas na pesca artesanal na Região de Integração do Baixo Amazonas/Pará e o papel das principais políticas públicas federais da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entendidas como iniciativas que apoiam a bioeconomia no estado.

Os autores ressaltam que, apesar do PRONAF, o PAA e o PNAE fortalecerem a “resiliência produtiva e ambiental” das populações locais, inclusive às mudanças climáticas a que estão submetidas, as disputas políticas criam obstáculos à articulação entre as ações governamentais, dificultando a formulação de políticas públicas. E mais, “essas políticas públicas, cuja função

seria fornecer mecanismos de mitigação e adaptação para agricultores familiares em situação de vulnerabilidade climática, não mencionam a variabilidade climática em seus respectivos marcos legais” e os apoios que ocorreram como o “seguro agrícola”, concentraram-se na soja, pecuária e milho, beneficiando os produtores de *commodities*, deixando de contemplar os agricultores familiares e os pescadores artesanais e, com isso, a chamada bioeconomia.

Considerando que o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) do estado do Pará deveria ser uma política indutora do desenvolvimento sustentável e estruturadora das cadeias produtivas da agricultura e da pesca artesanal, os autores destacam que se torna crucial que o governo estadual, em articulação com as estruturas de poder a nível nacional, crie mecanismos de adaptação das políticas públicas para esses segmentos, considerando os efeitos negativos das mudanças climáticas. Priorizar essas adaptações em relação ao PRONAF, ao PAA e ao PNAE, por exemplo, reduziria os riscos de ineficácia das ações que priorizam o fortalecimento das cadeias produtivas dos setores agrícolas e da pesca artesanal, em contextos de alterações ambientais mais agudas.

O quarto artigo que integra este dossiê, “Bioeconomia e captura verde através de monocultivos do dendê: o caso do Vale do Acará no estado do Pará”, de Stephanie Machado Vieira Brito, Elielson Pereira da Silva e Marcela Vecchione Gonçalves, nos remete às muitas concepções de bioeconomia discutidas nos dois primeiros artigos. Reitera também a relação entre a “política bioeconômica” e o contexto de mudanças climáticas, mas desta vez revelando claramente como muitas destas políticas geram um tipo de “habitar colonial”, que promove a finan-

ceirização das florestas e as transformações radicais nos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e quilombolas da região do vale do Acará.

O artigo mostra-nos como a implantação da monocultura do dendê, que pretende ser uma “transição verde”, acaba por representar a continuidade da apropriação, de violências, do cercamento das terras e territórios dos povos e comunidades tradicionais, exemplificando com situações concretas de quilombolas e indígenas.

Nas análises desenvolvidas, é ressaltado que a monocultura do dendê tem produzido alterações significativas nos ecossistemas da região e criado as condições para a expropriação de terras para a implantação do empreendimento de grandes corporações. Os efeitos derivados desse processo violento se fazem sentir na redução da autonomia dos povos e comunidades tradicionais, precarização das condições de trabalho e rupturas como o modo de vida tradicional.

O artigo trata primeiramente da dinâmica da implantação do dendê no Brasil e em outros países de clima tropical. Em seguida dedica atenção à análise da política de descarbonização via bioeconomia, mediante a implementação de políticas públicas como o Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) e o Plano Palma Verde, ambos em 2010, mas já tendo sido instituído em 2004, o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Conforme ressaltado pelos autores, o “dendê é fonte para a produção de agrobiocombustíveis, cosméticos e alimentos, resultando em biomassa renovável capaz de substituir parcial ou totalmente os combustíveis fósseis”. Apesar dessa aparente relevância, as análises mostram como os

processos de apropriação verde pela bioeconomia do dendê afetam territórios quilombolas e como o dendê passa a ser uma *commoditie*, remetendo-nos ao sistema das *plantations* com um modelo de exploração predatória afetando a vida das comunidades locais.

Conforme sublinhado pelos autores, o Vale do Acaraú conta com a existência de muitos territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores familiares e ribeirinhos. Todos tiveram seus espaços de vida e trabalho completamente alterados pela monocultura do dendê, provocando além da agudização da tensão social, mortes e criminalização de lideranças.

O quinto artigo deste dossiê, “Experiência de transição agroecológica na região metropolitana de São Luís e Rio de Janeiro: ecologia de projetos, mercados e trajetórias institucionais”, de Annelise Fernandez, nos traz para reflexão a importância do tema das feiras urbanas e da criação dos mercados orgânicos como espaços sociais importantes para a luta dos movimentos agroecológicos.

Adotando uma perspectiva comparativa entre as experiências de transição agroecológica nas regiões metropolitanas de São Luís e Rio de Janeiro, a autora destaca que o “Maranhão é um dos estados mais rurais do país e o Rio de Janeiro, o estado mais urbanizado”. Considerando as dimensões territoriais, históricas, temporalidades e dinâmicas regionais diferentes, a comparação de processo que se dão nas regiões metropolitanas de São Luís e Rio de Janeiro revela condições estruturais parecidas, mas com diferenças em relação às condições institucionais e indicadores relativos à agricultura familiar.

Apesar dessas distinções, destaca a capacidade de resiliência da agricultura fami-

liar. Mesmo com as dificuldades propiciadas por transformações estruturais nos espaços rurais, os agricultores têm assegurado o acesso a mercados e políticas públicas federais, viabilizados pelos apoios institucionais nas esferas estaduais e municipais.

Vale destacar o balanço de temas e atores envolvidos em experiências de agroecologia em todo o Brasil, produzido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e lembrado pela autora, que demonstra, independentemente das diferenças entre as situações, a “centralidade das relações de produção da vida: natureza, terra, trabalho, alimento”.

Um achado importante é que o florescimento desses mercados não só gerou ativismos políticos, como por exemplo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde as ações de agroecologia estão inseridas no contexto da luta pela terra e formação de assentamentos na Baixada Fluminense durante os anos 1980, como demonstram vários autores, como também fazem parte do enfrentamento a grandes projetos de desenvolvimento, dos conflitos com áreas de conservação, além de propiciar apoios de políticas diversas para a agricultura familiar, fortalecendo sua capacidade de resiliência.

Em relação às condições de reprodução da agricultura familiar nos dois estados, a autora destaca o enfrentamento realizado a processos estruturais semelhantes, referidos à expansão de projetos de desenvolvimento e de complexos industriais em áreas ocupadas pelos agricultores familiares, que têm contribuído negativamente para a transformação dos espaços rurais.

É sublinhado também nas análises que, nos dois estados, a agroecologia tem cumprido um papel importante na sensibilização dos agricultores mais frágeis, com limitadas inserções nos mercados. Tais difi-

culdades decorrem de situações de violência ou mesmo de processos de expropriação que se dão nas áreas rurais e urbanas. Apesar desse quadro de limitações e dificuldades, a autora destaca a resiliência da agricultura familiar, destacando que nas realidades analisadas verificam-se dinâmicas voltadas à construção de mercados alternativos decorrentes dos ativismos políticos e dos apoios institucionais.

O sexto e último artigo do dossiê, intitulado “Mercados territoriais da bioeconomia maranhense: o caso do Armazém do Campo do MST em São Luís/MA”, de Abel Cassol, analisa a construção da loja do Armazém do Campo de São Luís/MA, resultado das estratégias de comercialização contemporâneas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Tendo como eixo a relação entre mercados alimentares e bioeconomia como aproximação analítica para pensar as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, o artigo explora os condicionantes, estratégias e potencialidades do mercado de alimentos derivados da sociobiodiversidade.

O artigo argumenta sobre a importância de pensar as atividades econômicas a partir dos contextos locais e territoriais, reconhecendo-se o papel central das atividades tradicionais, como o extrativismo, a pesca, a agricultura familiar, o artesanato, dentre outras atividades, para a construção deste mercado, assim como para o desenvolvimento sustentável.

O esforço analítico conecta os debates sobre bioeconomia com os mercados alimentares, reconhecendo e valorizando os aspectos sociais e culturais dos territórios, o que se entende como sociobioeconomia. Concebendo desta maneira a relação entre bioeconomia e mercados alimentares, o autor defende que os “mercados territoriais

são espaços de resistência e reação ao modelo convencional de produção e consumo, sendo construídos e geridos pela valorização dos recursos e atributos compartilhados territorialmente pelos agentes”.

É nessa perspectiva que o autor concebe a experiência da loja Armazém do Campo, vinculada ao MST do Maranhão, isto é, como resultante da conexão entre mercados territoriais e sociobioeconomia da região Amazônica. Como em situações analisadas em artigos já comentados, neste caso também se destaca a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Lei nº 10.696) e a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009 (Lei nº 11.947), enquanto políticas públicas que ajudaram o MST a relacionar-se diretamente com os mercados, identificando nessas interações a “possibilidade de desenvolvimento econômico e expansão dos seus valores políticos através da comercialização de alimentos”.

Outro ponto de destaque neste artigo, refere-se à importância atribuída à diversidade de iniciativas relativas às práticas produtivas e de mercado já existentes nos territórios, que têm colaborado ao longo do tempo para a preservação dos ecossistemas e dos conhecimentos locais. Conforme sublinhado nas análises, os mercados territoriais apresentam-se como estratégias importantes da sociobioeconomia, revelando seu potencial como alternativa econômica e também como instrumento de fortalecimento da sustentabilidade na região.

Para concluir esta apresentação, consideramos que as reflexões e advertências de Ossi I. Ollinaho e Markus Kroger “Separating the two faces of “bioeconomy”: Plantation economy and sociobiodiverse economy in Brazil”, *Forest Policy and Economics*, no.149 (2023), são de suma importância

para as discussões sobre bioeconomia, e consideramos que, de maneiras distintas, os vários artigos deste dossiê remetem também a estas reflexões.

Os autores destacam que promulgar como bioeconomia usos distintos de terras e florestas, projetos, investimentos e políticas que são muitas vezes antagônicos entre si, envolve muitos perigos e problemas. Advertem que a chamada bioeconomia biodiversa na Amazônia acarreta riscos de violência onto-epistêmica e mudanças drásticas em habitats de espécies, quando, por exemplo, o objetivo é principalmente a acumulação produtivista e capitalista, dentro de uma ontologia modernista, como tivemos oportunidade de constatar em artigos aqui apresentados, com a comoditização de cultivos. A “ênfase na escala, precisão e extração” promovem a monocultura, inclusive intensificando fatores que propiciam as alterações climáticas, muito diferente das economias sociobiodiversas que observamos entre agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e indígenas na Amazônia legal.